

OS FANTASMAS DO VALE: CONFLITOS EM TORNO DO DESASTRE AMBIENTAL DE CUBATÃO, SP*

Lúcia da Costa Ferreira

Introdução

A agenda de discussão política da década de 1980 foi marcada por uma intensa mobilização da opinião pública brasileira em torno do desastre ambiental provocado pelo complexo industrial sidero-petroquímico de Cubatão, no litoral do estado de São Paulo¹; município limitado entre serra e mar, sua localização entre o Porto de Santos e o mercado consumidor da metrópole paulistana é estratégica do ponto de vista econômico.

Cubatão foi um marco na politização da questão ambiental no Brasil, por dois motivos. Em primeiro lugar, por apontar a dimensão e a gravidade dos riscos ambientais de processos produtivos em países desenvolvimentistas daquele período histórico. Em segundo, por desnudar um acordo social perverso que agregava ricos e pobres, direita e esquerda, governantes e governados, em torno do descaso por políticas de controle ambiental durante a implantação da industrialização no país. O cruzamento desses dois motivos fez de Cubatão o símbolo de um *turning point* nas condutas coletivas e no comportamento político frente à questão ambiental no país.

O debate intenso com repercussão internacional e a polêmica incentivada pela imprensa e pela comunidade científica em geral acabaram por sensibilizar alguns setores da população residente no município que, apesar da reação

* Este item é uma revisão da pesquisa financiada pela FAPESP durante o final da década de 1980 e que foi publicada: Ferreira, L.C. 1993. *Os fantasmas do Vale: questão ambiental e cidadania*. Campinas: Editora da UNICAMP.

¹ São Paulo localiza-se a sudoeste da Região Sudeste do país; ocupa uma área de 248.808,8 Km² (2,91% do território nacional); sua população é de 37.563.398 habitantes, e da cidade de São Paulo, capital do estado, é de 10.508.218 habitantes (Seade 2001). O IDH do Estado atualmente é 0,868 (PNUD; IPEA 1996). É o estado mais rico da Federação: possui um orçamento de R\$ 54,6 bilhões para o ano de 2003. Para mais detalhes, ver: governo do estado de São Paulo (2003).

diferenciada, passaram a exigir das autoridades e lideranças locais e governamentais algum tipo de resposta à controvérsia em que se viram envolvidos. Representantes de partidos, da municipalidade, dirigentes industriais e sindicais, igrejas e órgãos governamentais foram obrigados a organizar-se para atender a esta demanda inesperada.

Os sinais de que Cubatão representaria um símbolo com fôlego para arrombar o silêncio da década anterior em torno do assunto podem ser encontrados na velocidade com que o desastre social e ambiental local foi internacionalizado através do estigma de Vale da Morte, com o qual passou a ser reconhecido em todos os cantos do mundo: os moradores vizinhos ao parque industrial assistiram perplexos à busca, às vezes minuciosa, mas na maior parte do tempo apenas tumultuada, de crianças com malformações congênitas, trabalhadores adoecidos pelo produto de sua própria força de trabalho, com a esperança de vida diminuída às raias do absurdo; levas de asmáticos, leucopênicos, neuróticos. E mortos: vítimas da explosão da favela de Vila Socó, construída sobre dutos sem manutenção da Petrobrás; do trabalho sem proteção dentro das fábricas, manipulando produtos de alta periculosidade como o isocianato de metila na Union Carbide ou o pentacloro fenol na Rhodia.

As organizações ambientalistas emergentes no país, já bastante delineadas nos grandes centros urbanos no início da década de 1980, em aliança com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com importante cacife político por esta ocasião adquirido por sua atuação de resistência no período de ditadura militar², visualizaram em Cubatão a possibilidade de ligá-lo ao fruto da política desenvolvimentista defendida pelo governo brasileiro na Conferência Mundial das Nações Unidas realizada em Estocolmo em 1972³, porta voz dos interesses de países do Terceiro Mundo defensores do desenvolvimento a qualquer custo e contra o fortalecimento gradativo do ambientalismo internacional.

Esta aliança teve um impacto imediato sobre o governo brasileiro e do estado de São Paulo, o poder político municipal, sobre dirigentes industriais públicos e privados e sobre as matrizes das multinacionais mais poderosas do mundo. Todos tiveram que responder ao conflito em que se viram mergulhados. Alguns responderam prontamente, outros apenas quando a pressão política nacional e internacional tornou-se insustentável e os órgãos de segurança não tinham mais recursos de poder para proteger os interesses que ali se concentraram.

² Uma coalizão civil-militar tomou o poder no Brasil em 1964, através de um golpe de Estado, mergulhando o país em um regime de ditadura sob forte aparato repressivo até 1984, quando viveu-se a distensão política e início da democratização do sistema institucional. Sobre o período ver: Alves (1984); Dreifuss (1986).

³ A SBPC foi responsável pelo Ciclo de Simpósios *Estocolmo 72 X Cubatão 82*, durante a 34ª Reunião Anual da entidade. Para uma síntese do Ciclo de Simpósios ver: Queiroz neto *et al.* 1983. Sobre a Conferência da ONU ver: United Nations Environment (1981).

A ação organizada, contudo, iniciou-se junto às elites da capital do estado. Localmente, a mobilização se deu ao reboque da liderança dos ambientalistas e da SBPC. Setores circunscritos à mão de obra sem qualificação ou ao mercado informal organizaram-se em torno da Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida de Cubatão, que materializava uma aliança entre essas categorias com representação de militantes das Comunidades Eclesiais de Base das igrejas Católica e Metodista ligadas à Teologia da Libertação⁴ e do Partido dos Trabalhadores (PT)⁵, que se organizou no município a partir de então.

Vale dizer que não foram ações ou condutas espontâneas que brotaram no seio das camadas de baixa renda, atingidas imediatamente pela pobreza e degradação ambiental. Houve uma interferência política explícita, cujo papel foi organizar carências diluídas e não reconhecidas socialmente em torno de uma identidade coletiva de vítimas do desenvolvimento urbano-industrial. A imagem genérica utilizada como código de identificação era a dos *filhos da poluição*.

Os conflitos locais foram liderados por *forasteiros* (houve sempre referências ao *resto do país e do mundo*), cuja aliança concreta e simbólica funcionou como catalisador ao descontentamento, na medida em que fora dos limites de Cubatão as condutas mais ecológicas não causavam tamanho estranhamento. O Estado e seus agentes só se constituíram como atores com o desenrolar dos acontecimentos, graças a: 1) inexistência de um sistema institucional onde tais demandas fossem reconhecidas; 2) impermeabilidade a essa ordem de carências; e 3) inexperiência dos agentes com os jogos democráticos.

Este artigo tem por objetivo rever depois de vinte anos os conflitos em torno da degradação ambiental e social de Cubatão no estado de São Paulo, que desencadearam mudanças sociais importantes no setor ambiental brasileiro. Esta escolha caminha em um duplo sentido. Em primeiro lugar, porque Cubatão significou o prelúdio aos rumos da ação social e coletiva em torno da preocupação ambiental no Brasil. Em segundo, porque pesquisar a formação daquelas condutas no âmbito do sistema institucional formal e da sociedade como um todo, a pressão por sua institucionalização, as posições dos atores e sua organização para agregar carências anteriormente desconhecidas, forçando o sistema político a

⁴ Denominação das bases teóricas e teológicas da mobilização de setores progressistas das igrejas na América Latina contra as ditaduras no continente. No Brasil, A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) agiu de forma decisiva desde o período de mais drástica repressão, entre 1969 e 1973, apoiando as vítimas da perseguição dos órgãos de segurança. Criaram ainda uma ampla rede de organização social de base que atuou decisivamente em todas as regiões do país, junto a trabalhadores rurais, operários, marginalizados, favelados, dentre outros. Ver Alves (1984).

⁵ O PT organizava-se no país a partir do novo movimento sindical que emergiu em São Bernardo do Campo, cidade altamente industrializada na região metropolitana de São Paulo. Foi fundado oficialmente em 1980. Ver também Alves (1984).

fornecer-lhes a oferta desejada, representa compreender as possibilidades de reconhecimento público a demandas emergentes desde seus primórdios, estabelecendo também alguns padrões de ação que podem sinalizar as orientações institucionais que delinearão o setor ambiental no Brasil.

A hipótese inicial previa uma importante diferenciação de condutas frente ao desastre ambiental produzido pelo pólo industrial de Cubatão: 1) dentre os grupos sociais ligados ao emprego temporário ou ao mercado informal a qualidade ambiental não seria prioritária e suas reivindicações estariam circunscritas à oferta de emprego, programas de assistência à pobreza, acesso a bens e serviços públicos, todas carências materiais ligadas à idéia de reprodução *stricto sensu* da força de trabalho; 2) as elites, incluídos o poder político municipal, dirigentes industriais e agentes governamentais, endossariam e seriam os principais atores da posição de negação ao problema ambiental, movidos por conflitos de interesses; 3) as classes médias urbanas, solo obviamente fecundo para preocupações outras que não aquelas diretamente ligadas ao trabalho e à produção, apesar de trabalharem ali, residiam fora do complexo industrial e, portanto, se descomprometiam com preocupações desse tipo.

Esta estranha aliança em torno de uma representação coletiva de interesses, entre os responsáveis pelo desastre ambiental e os atingidos por suas conseqüências, seria responsável pela inexistência de qualquer organização social pela politização da questão ambiental local.

A pesquisa de campo confirmou a diferenciação pré-suposta, mas apontou uma clivagem inesperada que se definia pela oposição entre dois modos de ação mais relevantes: de um lado situavam-se atores que se agregavam em um tipo de ação eminentemente política, que reivindicava melhoria nas condições de vida dos moradores e trabalhadores do complexo industrial e no controle das fontes de poluição e recuperação dos sistemas naturais locais; de outro, situavam-se atores que optaram por condutas de negação ao problema ambiental, que podem ser caracterizadas um tipo de ação sub-política. Esta clivagem parecia explicar a história recente de Cubatão e seus desdobramentos políticos nos anos seguintes.

Assim, houve uma reformulação hipotética importante, pois a negação ao problema deixou de ser analisada em si mesma, mas ressurgiu como um dos pólos de um conflito peculiar, como resultado de um processo de organização social de politização de carências materiais e não materiais, produto e expressão da ação dos atores, não apenas por grupos excluídos ou pelas elites dirigentes representadas regionalmente. Incorporada ao conflito, a ação de negação ao problema ambiental deixou de ser considerada apenas como retórica da elite dirigente interessada no ocultamento do problema, pois foi possível observar que atingia amplos setores da vida social local, o que sinalizava a possibilidade de representar a manifestação de um tipo de carência específica que poderia definir os rumos das lutas pela recuperação ambiental de Cubatão. Restava averiguar

porque tais condutas sub-políticas pareciam tão fortalecidas quanto aquelas eminentemente políticas. A quais motivações atendiam? Em qual dinâmica social emergiram e porque se fortaleceram? Quais os principais atores dos modos de ação preferenciais? Quais suas reivindicações, estratégias, metas e em que tipo de arena atuaram? Qual papel desempenharam no delineamento do conflito em torno da institucionalização da questão ambiental para além do Vale do Rio Mogi?

Este artigo tratará destas questões sob uma abordagem construtivista (Hannigan, 1997; Callon, 1986; Ferreira, 1993; 1996; Fuks, 1997; Guivant, 1998), a partir de duas situações de ação (Ostrom, 1990; 1994) emblemáticas dos padrões de ação em confronto no caso de Cubatão: a divulgação da contaminação ambiental e da pobreza urbana em Vila Parisi e a explosão de Vila Socó. Em cada uma delas foi se delineando um modo de ação importante para as mudanças sociais produzidas ali; em cada uma delas produziu-se um tipo de arena de confrontos (Hannigan, 1997). Compreendê-las significa desvendar um momento extremamente importante da história recente do Brasil.

Primeiro momento: Vila Parisi e a ação política rompendo o silêncio

No início da década de 1980, por ocasião da eclosão dos conflitos em torno de Cubatão, o complexo industrial produziu quinze bilhões de toneladas de produtos de base; por habitante, o município era o sexto em arrecadação federal, o primeiro em municipal e também o primeiro em arrecadação do valor adicionado de ICMS, dentre todos os municípios brasileiros (Boletim CIESP, 1982 e 1983).

Não é conveniente esquecer também que, desde o final dos anos de 1960 o marechal Arthur da Costa e Silva⁶ decretou o fim da autonomia municipal e o pólo industrial passou a ser considerado Zona de Interesse Nacional. No final da década de 1970, por ocasião da mobilização de trabalhadores no município de Contagem (MG), o general Ernesto Geisel⁷ decretou (Decreto 81.107/77) de “interesse para o desenvolvimento e segurança nacional” cada uma das indústrias do setor siderúrgico, petroquímico, de fertilizantes e evocou a esfera federal, através da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), ligada diretamente à presidência da República, o poder de decisão sobre a paralisação das atividades industriais decorrentes da poluição industrial. Todas essas atividades estavam assentadas nas indústrias de Cubatão (Monteleone, 1984; Ferreira, 1993).

⁶ Presidiu o país durante o regime militar no período entre 1967 e 1969. Ver Stepan (1975).

⁷ Sobre as greves de Contagem (MG) ver: Weffort (1972); Alves (1984). Geisel presidiu o país de 1974 a 1978. Ver Stepan (1975).

Isso posto, parece que o silêncio em torno do desastre ambiental de Cubatão esteve intimamente relacionado com a prioridade nacional dada ao processo de industrialização, cujo valor intrínseco suplantava os custos de contingência (Ferreira, 1993; Goldenstein, 1972). Esta interpretação atingia tanto as elites dirigentes, suplantando as diferenças intraclassistas que dividiam a oligarquia e a burguesia industrial em torno dos rumos das políticas de desenvolvimento (Draibe, 1985; Leff, 1975), quanto os setores da oposição instituída agrupada em associações de classe do trabalhador urbano-industrial. Havia de fato um tipo de acordo social pela construção de uma identidade nacional calcada no desenvolvimentismo⁸, baseado na crença generalizada nos benefícios materiais do crescimento industrial.

No caso específico de Cubatão, as promessas de expansão do setor produtivo, através das obras de implantação e manutenção do parque, da infraestrutura que o viabilizou agiram sobre as necessidades crescentes na oferta de empregos dentro ou em torno da indústria, arrecadação de impostos e circulação de riquezas, desviando a atenção de todos do desastre que estava sendo produzido.

As primeiras manifestações do conflito local se deram através da criação de uma Comissão Especial de Vereadores em 1978, para apurar possíveis danos causados aos trabalhadores pela unidade de pentacloro fenol, o pó da China produzido pela Rhodia. O fungicida provoca “bolhas enormes na pele, respiração difícil, dores violentas na cabeça”⁹, podendo provocar a morte. O sindicato da categoria não se manifestou na ocasião, mesmo depois da morte de um operário, alegando falta de provas que correlacionassem a *causa mortis* e a periculosidade do produto. Depois disso, foi criada em meados de 1980 uma Comissão Especial de Inquérito na Assembléia Legislativa do estado, que chamou a depor a direção da agência de controle do estado, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), representantes de associações de bairro, sindicatos, organizações não-governamentais ambientalistas da Baixada Santista e pesquisadores das principais universidades e institutos de pesquisa do país.

⁸ O nacional desenvolvimentismo foi inaugurado como modelo econômico no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961). Eleito pela coligação PSD/PTB, prometeu um desenvolvimento econômico sem precedentes na história brasileira: “50 anos em 5” para introduzir a modernização no país, que, acreditava-se, só seria alcançada com um intenso processo de industrialização, em substituição ao modelo anterior agroexportador. O nacional-desenvolvimentismo representava uma variação do modelo de substituição de importações que havia se estabelecido durante a década de 30, no governo de Getúlio Vargas. Este modelo, atualizado e reformulado segundo a evolução do debate, foi hegemônico no Brasil até pelo menos os anos de 1980, mas ainda encontra eco em importantes setores da elite brasileira. Ver especialmente: Draibe (1985); Leff (1975).

⁹ Doente, cuja esposa também foi contaminada por lavar seu uniforme de trabalho (em entrevista à autora em setembro de 1986). Ver também Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (1983).

Embora o resultado das discussões tenha sido concluído sem ter ido à votação, em agosto de 1981, serviu para delinear os contornos de uma arena de oposições que organizaria, sob as mesmas bases, eventos similares, graves e exemplares que demonstravam os riscos dos processos produtivos locais e as responsabilidades sociais do setor industrial sobre a degradação ambiental. Outro resultado fundamental ao direcionamento das disputas foi trazer a público o desastre social e ambiental de um bairro vizinho às fontes poluidoras e assentado em uma região altamente saturada do município, a Vila Parisi, no Vale do rio Mogi.

Estava criada uma situação de ação suficientemente explosiva para movimentar todos os atores importantes em direção a um posicionamento no conflito. Os agentes empresariais, até então alheios aos debates; os agentes governamentais responsáveis pelo controle da poluição industrial, seja em nível local, estadual ou federal, contando com a proteção dos órgãos de segurança e do descaso da opinião pública de um modo geral, a partir de então passaram a encarar o bairro como um trunfo político frente à mobilização inesperada de amplos setores da sociedade.

Vila Parisi desempenhou, assim, um papel duplamente eficaz no conflito local e para além dele: 1) do ponto de vista político, funcionou como expressão da herança desenvolvimentista do projeto das elites do país; e 2) do ponto de vista simbólico, funcionou como representação de uma identidade deteriorada, impiedosamente oposta às expectativas do trabalhador de baixa renda frente à distribuição de recursos e benefícios regulada pelo Estado de Bem Estar Social (Habermas, 1981; 1987). A divulgação dos males de seus moradores passou a ser tratada como ponto de honra nos embates entre as elites e a oposição genericamente estabelecida. Foi produzida rapidamente uma avalanche de relatórios, estudos preliminares, publicações de divulgação científica, por pesquisadores, técnicos governamentais, entidades civis e de classe evidenciando a localização absurda do bairro junto às fontes poluidoras, potencializadas pela topografia que dificulta a dispersão de poluentes. Todos, fontes e bairro estão localizados em um vale de rio circundado por montes e serra do Mar por todos os lados.

A própria natureza da organização das disputas evidenciou duas posições visivelmente distintas em torno da gestão do problema ambiental local. A primeira delas propunha *muda-se o bairro ou fecham-se as indústrias*, limitando o risco àquele espaço geográfico e pressupondo a incompatibilidade entre a produção e seus produtores. Esta posição era liderada pelos dirigentes industriais, mas agregava setores fundamentais da localidade, como prefeitura, parcela substancial da Câmara de Vereadores, lideranças sindicais, dentre outros e demonstrava: 1) a resistência das indústrias em investir no controle das fontes e em programas de recuperação do entorno de suas plantas; 2) a urgência em tomar medidas para desmobilizar o

debate em torno de Vila Parisi, já que estavam sendo responsabilizados pelo dramático quadro de degradação do bairro.

A segunda posição pretendia expandir esta proposta cômoda e simplista, deixando o bairro de lado e propondo estudos aprofundados para investigar a amplitude dos impactos das fontes poluidoras para além dos limites da Vila em direção ao município como um todo, incluindo inclusive a serra do Mar e a Mata Atlântica, já bastante degradadas pela ação da poluição industrial e da ocupação humana irregular de baixa renda.

Nessa posição agregavam-se lideranças políticas e ambientalistas da baixada Santista, de São Paulo, pesquisadores, jornalistas. Nessa última categoria vale menção Randáu Marques, do Jornal da Tarde, aliado importante das oposições locais. Segundo ele, o secretário de Obras e Meio Ambiente apoiava a remoção dos moradores do bairro, pressionado pelo *lobby* das indústrias, preocupadas com a economia de “bilhões de cruzeiros que deixariam de ser usados na colocação de filtros para minimizar a poluição”, mas questionava a validade dessa economia frente ao valor da vida humana, dos oitenta mil moradores de Cubatão na época, da população da Baixada Santista e da cidade de São Paulo, “de dezenas de crianças que nascem com defeitos teratogênicos e de tantas outras que não chegam a nascer? Quanto vale a vida no Vale da Morte?”¹⁰.

Na verdade o que se pretendia era transformar Cubatão em caso exemplar para expandir a noção de *atingidos* para o país como um todo e utilizar o potencial mobilizador da cidade para demonstrar a crise ecológica que caracterizava o país naquele período histórico.

Evidentemente no curto prazo a equação bipolar *Fábricas ou Bairro* teve maior apelo e definiu as clivagens locais por um bom período. A Sociedade de Melhoramentos de Vila Parisi, fortalecida pela notoriedade que foi conferida ao bairro, era contrária a realocação dos moradores, pois apesar das condições inadequadas de salubridade provocada pelos resíduos industriais e sanitários, sua centralidade em relação ao local de trabalho era um valor inestimável para o residente do bairro¹¹. Para as indústrias aquele espaço também tinha grande valor, para ser usado em futuras expansões das plantas.

Mas na verdade o que estava em jogo eram as primeiras denúncias de casos de anomalias congênitas, em especial a anencefalia e sua correlação com os altos índices de contaminação industrial. Foi criada nessa época uma outra Comissão Especial de Vereadores na Câmara Municipal para apurar os fatos, desta vez sob a forma de Comissão Especial e Secreta, para evitar efeitos psicológicos negativos

¹⁰ Em entrevista à autora em julho de 1987. Ver também: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (1980).

¹¹ Segundo Jaime Abreu, então presidente da Associação, em entrevista à autora em junho de 1987.

nas gestantes de Vila Parisi, segundo seu presidente, o vereador Armando Campinas Reis. Como não foi possível manter sigilo sobre as investigações, a estratégia foi limitar os eventos da doença aos limites do bairro e extingui-lo sumariamente.

Em paralelo foi criado o Grupo de Trabalho Vale da Vida, com a participação dos empresários de Cubatão, a Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (SICCT) para traçar um plano de “ordenação e racionalização do desenvolvimento industrial regional”. Através deste instrumento, as lideranças empresariais abandonavam a postura anterior de defesa e tomavam a liderança do confronto, demarcando as fronteiras das disputas com as oposições, limitando o universo de reivindicações expressas àquelas consideradas legitimamente reconhecidas e que poderiam encontrar alguma oferta oficial sobre gestão do problema ambiental local. Definia-se a partir daquele momento a arena onde se travariam os embates sobre Cubatão.

A agência ambiental CETESB do regime militar, presidida pelo coronel Victor Leig, receberia do Grupo de Trabalho um golpe definitivo: o relatório produzido demonstrava todas as suas limitações para gerir e fiscalizar as fontes poluidoras. Werner Zulauf, engenheiro da CETESB que, depois de desentendimentos passou a assessorar a COSIPA, era membro do grupo. Através dele, o relatório exigia a fixação de padrões de emissão de particulados, um levantamento completo dos poluentes presentes e a transferência de estações móveis de monitoramento para Vila Parisi, já que até então eram inexistentes no pólo industrial. A mesma definição de diretrizes e prioridades era exigida para a SEMA, para a agência estadual de águas e saneamento (SABESP), e outros órgãos governamentais envolvidos com a poluição industrial. Selava-se ali um acordo que levaria Zulauf à presidência da agência ambiental.

Acenando com uma linguagem considerada inovadora para a época, este arco de alianças conseguiu esvaziar o impacto do discurso eminentemente político dos adversários e promoveu uma reorientação importante do ponto de vista institucional e dos poderes alinhados sobre o tema. A CETESB orientou-se para o centro da cena, sofrendo uma forte reformulação institucional. Definiu-se a partir de então as responsabilidades e relações institucionais intrincadas que resultaram na ausência total de controle sobre a poluição industrial.

Paralelamente foi articulada uma campanha intensa para minimizar o impacto político e simbólico da imagem de Vale da Morte veiculada para o Brasil e para o mundo. A função política desta imagem foi substituída pela sua função como estigma (Goffman, 1982). Extinguir Vila Parisi com toda a ênfase no planejamento da atividade industrial significava extinguir o Vale da Morte e substituir o descaso anterior relacionado ao regime militar, pela competência técnica e modernização das relações sociais locais mais compatível com a democratização em curso.

As reações ao Vale da Vida foram imediatas e facilmente transpuseram os

limites da serra do Mar, ocorrendo ainda em dezembro de 1981 logo em seguida à divulgação do plano para os presidentes das principais indústrias do município. Mas a despeito da agilidade apresentada pelas lideranças da oposição, ainda assim tiveram que contar com a desvantagem de agirem a reboque das iniciativas empresariais, restando-lhes a posição de negação a elas. A arena fora montada pela aliança do Vale da Vida, esta detinha o controle das tensões nos limites institucionais onde transitava com maior familiaridade.

De qualquer forma, os diversos atores que emergiram durante as primeiras denúncias sobre o drama de Cubatão organizaram-se em torno de uma aliança entre camadas médias intelectualizadas de grandes centros urbanos abrindo diálogo com lideranças representativas junto a trabalhadores de baixa renda, ligados principalmente ao mercado informal ou sub-empregados em empregos transitórios, que gravitavam em torno das grandes indústrias, migrantes em sua maioria. Buscava-se compatibilizar posições ambientalistas com reivindicações por soluções urgentes para os índices alarmantes de pobreza urbana enfrentados cotidianamente em Cubatão.

Esta aliança produziu as condições políticas para a criação da Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida de Cubatão. Em sua primeira reunião estavam presentes além, de Dogival Vieira dos Santos¹², principal liderança política local, pais e mães de vítimas de anencefalia, jornalistas regionais e da imprensa paulistana, representantes da SBPC, Sociedade Brasileira de Ecologia (SBE), Sociedade Brasileira de Preservação da Natureza (SBPN), Igrejas Católica, Metodista e Anglicana e do Comitê de Defesa de Vila Parisi. Esta reunião serviu ainda para redefinir o adversário no conflito: além dos dirigentes das indústrias poluidoras, o Estado e seus agentes passaram a ser delineados em suas responsabilidades sobre a situação.

A estratégia de ação foi definida em diversos níveis de atuação: cabia aos aliados de fora criar uma rede de divulgação regional, nacional e internacional e às lideranças locais cabia mobilizar aqueles setores da população que se considerassem diretamente atingidos pela poluição. O desafio dessas lideranças era expandir nas camadas de baixa renda a agenda de reivindicações, estabelecendo o nexos entre vida e morte que está na base da sobrevivência imediata.

De qualquer forma esta aliança de oposição à poluição, integrando lideranças locais a atores com outros níveis de atuação foi bastante eficaz e suas iniciativas de organização coletiva atingiram um grau de politização inesperado para questões ambientais no país. O que antes parecia controlável pela aliança em torno do Vale da Vida tomou ares de conflito aberto, politicamente orientado. De um lado, pressões veladas, desqualificação de lideranças e informações; de outro se sucediam passeatas e manifestações públicas de protesto: ambos os

¹² Filho de migrantes nordestinos, jornalista do Cidade de Santos, vereador do PT.

lados disputavam palmo a palmo o espaço aberto na imprensa e nos meios de comunicação de massa naquele período.

Até 1983 a ação política definiu a interação entre os atores em ambos os pólos do confronto. Mas já nesse período havia uma nova dinâmica social sendo configurada e sua importância acabou sendo maior do que o esperado.

Não há como fugir, porém, a uma indagação que diz respeito à permeabilidade seletiva dos órgãos governamentais no atendimento de demandas sociais (Offe, 1985): quais as categorias sociais com probabilidade de residirem em ambientes como aqueles de Cubatão? Ou invertendo a indagação surge uma outra face da moeda expondo o teor e a natureza das reivindicações de uma coletividade: quais as aspirações ou expectativas aprioristicamente estabelecidas a respeito dos atributos (estruturais, como por exemplo, ocupação; sociais, como prestígio e *status*, ou ainda acesso a bens culturais ou de poder) daqueles que assentam sua existência em um ambiente generalizadamente degradado?

A resposta remete à preocupação de Randáu Marques sobre o valor da vida de trabalhadores de baixa renda para os *policy makers* no Brasil daquele período. Nesse sentido, o modo de ação eminentemente político e as estratégias escolhidas pelas oposições podem ter jogado na direção contrária a suas metas: ao invés de encontrar uma oferta às demandas populares, tendo por base uma ética que remete ao direito dos despossuídos, na medida em que a Vila era vendida para a opinião pública e para os interessados como indicativa de uma situação de anormalidade, uma situação extraordinária acabou reforçando sua fragilidade na competição por recursos públicos escassos. Cientes da condição de portadores dos atributos de degradação, pobreza, doença, os moradores de Vila Parisi aceitaram um acordo que os cristalizava em uma categoria inferior na hierarquia valorativa institucional. Do ponto de vista da constituição dos direitos o pólo oposto à posição por eles ocupada era representada pelo prestígio daqueles que podem concorrer a altos salários pagos pelo parque industrial, optando por alternativas mais adequadas de moradia. O trecho da fala de um volante, ex-morador da Vila, casado, pai de quatro filhos, dois nascidos, como ele, no interior da Bahia fala por si:

...eu tô cansado de saber que na vila tinha poluição, doença. Mas não sou tonto: quem vai pagar prá melhorar o Vale da Morte? Se nem asfalto eles põem? Veja o meu caso, vendo sanduíche na porta da fábrica. Quanto você acha que os caras pagam por mim? (...) Melhoria só em casa de bacana lá em Santos, Guarujá, em bairro de rico. A gente eles tiram de circulação. (...) Não vou sair por aí perdendo meu tempo em pedir (...) (Entrevista à autora, em junho de 1987).

Segundo momento: Vila Socó e a ação comunitária em ascensão

Enquanto foi possível controlar o estigma de Vale da Morte dentro dos limites de um bairro quase miserável colado às fontes de contaminação, a ação predominante em Cubatão tinha uma orientação política, independentemente das posições ocupadas na arena de confrontos.

Anencefalia, malformações congênitas, Vila Parisi e a tradução para os moradores do parque: pobreza, degradação, doença. O caso é que todos os atributos negativos produzidos pela atividade industrial acabaram sendo coletivamente distribuídos, afetando indistintamente os responsáveis e as vítimas. Ambos os lados do conflito tiveram que enfrentar uma ordem de demandas para as quais estavam despreparados.

Houve então um acontecimento fundamental para os rumos da ação: a explosão de Vila São José, ou Socó como era conhecida, na madrugada de 25 de fevereiro de 1984, provocada pelo vazamento de gasolina dos dutos da Petrobrás que passavam por baixo das residências. Foram setecentos litros de gasolina que vazaram e se espalharam pelo mangue, onde foram construídas as palafitas que compunham a parte atingida da vila. A parte aterrada ficou ilesa. Segundo depoimentos, muitos dos que se salvaram, mas tiveram as casas destruídas foram embora, sem qualquer esperança de acordo com a Petrobrás, responsável pela explosão.

Conta-se que a Polícia Rodoviária, localizada ao lado da Vila, recebeu a primeira notificação do vazamento ainda no dia anterior à tragédia, mas ninguém tomou providências. Alguns moradores aproveitaram a oportunidade para estocar combustível para vendê-lo durante algum congestionamento de final de semana na Via Anchieta, que margeia o bairro. O depoimento do superintendente do Hospital de Cubatão por ocasião do acidente é revelador:

...estávamos voltando de Santos e cerca de meia noite passamos ao lado de Vila Socó (...). Eu comentei o cheiro, talvez um caminhão de gasolina tivesse virado (...). Mal entramos e recebemos o telefonema que Vila Socó tinha explodido. Eu fui o primeiro médico a chegar ao hospital. As pessoas iam chegando completamente queimadas, mal dava para segurar o doente. (...) Essas coisas não acontecem só em Vila Socó. Os dutos atravessam a cidade de um lado a outro, atravessam São Paulo, Santos, indo a outros pontos do estado, a outras refinarias (...). Talvez por desconhecimento, negligência, pela situação econômica, (...) o vazamento foi notado, foi comunicado e não se tomou nenhuma medida imediata (...) (Entrevista à autora, em junho de 1987).

Na realidade, antes da tragédia o sobressalto já fazia parte do cotidiano de Cubatão, causado pela frequência de inundações, vazamentos e pela regularidade de episódios críticos de poluição. Mas a explosão fora dos limites do pólo

industrial¹³ impunha com crueldade a realidade de que uma vasta área poderia voar pelos ares. Segundo Maria Vanete Santos da Silva¹⁴, vice-presidente da Associação das Vítimas e uma das mais importantes lideranças da cidade, em Cubatão todas as noções de carência foram ultrapassadas, graças ao significado de sobrevivência para cidadãos que tiveram todos os seus direitos negados:

Com relação à sobrevivência esta cidade é complicada. (...) Em primeiro vem a moradia, 60% da população mora em favelas ou áreas de risco. Agora é o fantasma do subemprego, o salário mal dá para a condução. (...) Mas tem também esse lado (...). Esse pessoal de Vila Socó (...) eles não estão contentes e têm medo ainda (...). Além de passar por aquele horror, tiveram que conviver com os tocos queimando por quase um ano. Você passava ali de madrugada e via o pessoal acordado a noite toda. Sobrevivência é também achar que tudo pode ir pelos ares de uma hora para outra. Eu também mudei um pouquinho mais longe (...) por uma questão de sobrevivência (...). Quanta gente não voltou para o norte depois do incêndio? Preferiu passar fome lá (...). Dizia que pelo menos morria um pouco mais devagar (...). Na vila foi uma coisa horrível, ninguém tinha tomado qualquer providência (...). Ai aquele povo morrendo trancado (...) e o lado de fora assistindo a cena (...). Marido que tinha saído para trabalhar viu a mulher grávida morrer. Mãe que deixou os filhos trancados no barraco para trabalhar não pode socorrer (...). Um pessoal desse não fica traumatizado pro resto da vida? (...) Não vá dizer que esta é uma cidade onde não aconteceu nada porque aconteceu (Entrevista à autora, em junho de 1986).

Este acidente tem grande importância, não apenas pela dimensão trágica que encerra, mas também pela dimensão política, uma vez que retira de Vila Parisi o monopólio da negatividade, demonstrando que o risco de fato atingia a todos no complexo industrial. A morte de pelo menos noventa pessoas segundo estatísticas oficiais colocou sob novas bases as interpretações sobre a destruição da vida coletiva e inaugurou uma nova faceta da crise ambiental. Foi abandonada a supremacia anterior da preocupação com as fontes industriais de poluição e a natureza de sua dispersão em um ambiente peculiar, onde geralmente se instalam

¹³ Instituído pelo decreto municipal no. 4.098 de maio de 1983, durante a gestão de Nei Eduardo Serra, prefeito nomeado e dirigente industrial. Neto de migrantes portugueses, filho de importante empresário de Santos, administrador de empresas pela Getúlio Vargas, chegou a assessor direto do presidente da Cosipa e diretor regional do Ciesp de Cubatão.

¹⁴ Casada com um serralheiro da COSIPA, militante da Pastoral Operária e do PT tinha uma filha com oito anos na época e que sofria de leucopenia, adquirida quando a família morava em um bairro vizinho a Carbocloro e da Rhodia, todas indústrias químicas altamente poluentes. Havia na época um Movimento de Leucopênicos em Cubatão iniciado por antigos funcionários da COSIPA, mas muitos dos doentes jamais tiveram contato direto com as fontes de contaminação por benzeno, seu principal causador.

residências de baixa renda, como se a exposição à contaminação ambiental fosse um privilégio de classe às avessas. A referência passou a ser a disseminação de dutos que transportam produtos perigosos – tóxicos e inflamáveis – pela cidade como um todo, acompanham uma rodovia de tráfego intenso durante os finais de semana e feriados principalmente, quando as camadas médias paulistanas saem a passeio, colocando amplos setores sociais de sobreaviso.

A insegurança, ao contrário das péssimas condições de saúde e insalubridade não era interpretada como apanágio de miseráveis. Os limites impostos à zona crítica de poluição em torno de Vila Parisi, os casos de anencefalia, não perderam importância intrínseca, foram esvaziados do sentido de anomalia. Aprimorava-se na realidade a imagem pública de Cubatão: de município doente, miserável, passava a ser reconhecido como símbolo das regiões mais inseguras do planeta.

A divulgação do vazamento de isocianato de metila que matou mil e duzentas pessoas em Bhopal na Índia no início de dezembro do mesmo ano, sob responsabilidade da Union Carbide, funcionou como um fator importante para a ação política na Baixada Santista. Afinal a planta da empresa em Cubatão também produzia o mesmo produto¹⁵, e depois de Vila Socó todos acreditavam que certamente em condições tão perigosas quanto na filial da Índia. A imprensa, os sindicatos, as associações de bairro, a Associação das Vítimas, os ambientalistas mais uma vez se organizaram para pressionar por informações sobre a situação real da baixada Santista.

A explosão de Vila Socó significou em contrapartida a oportunidade para dar visibilidade a uma nova situação de ação que já vinha sendo fortalecida localmente desde há algum tempo, apesar de que o contexto estadual também influenciou a orientação dos acontecimentos em direção ao enfraquecimento da ação política tão importante no período anterior. Em 1983 tomou posse o novo governador eleito para o estado: André Franco Montoro (PMDB) representava uma vitória das forças democráticas. Em Cubatão, a principal liderança da Associação das Vítimas foi eleita vereador pelo Partido dos Trabalhadores. Agora os antigos aliados eram colocados em campos opostos pela política partidária. Com a posse de Montoro, Oswaldo Passarelli, prefeito indicado de Cubatão, foi destituído, sendo substituído por Nei Serra. Político conservador, tinha o apoio de Paulo Maluf no nível estadual, de Ibrahim Abi Ackel no nível federal e, localmente, Passarelli contava com toda a infra-estrutura política e logística da Renovação Carismática da Igreja Católica, de grande influência em todos os setores sociais do município. Quando soube de sua destituição, baixou um decreto municipal desapropriando Vila Parisi, com o pretexto de construir ali um parque ecológico, mas impedindo de fato a expansão industrial pretendida pelas indústrias.

¹⁵ Em Cubatão a Union Carbide utilizava o isocianato de metila para fabricar o Temik, defensivo agrícola proibido desde aquela época nos EUA e Canadá.

Assim, a estratégia de despolitização do problema ambiental pode ser desmembrada em três condutas complementares: 1) a imposição da ordem através de sistemas coercitivos; 2) fortalecimento da tecnocracia. Em ambos os casos a articulação se deu no nível estadual, com ação determinante do governo do estado na orientação policial e da CETESB, reinventada a partir da vitória de Werner Zulauf. Por fim, no nível local, 3) fortalecimento da ação comunitária, articulada com forte influência da ala carismática da Igreja Católica.

Do ponto de vista institucional, foram utilizados três recursos para atingir o objetivo de reimplantação da ordem em Cubatão: 1) ação policial contra a mobilização popular no caso de Vila Socó; 2) imposição do discurso técnico para desclassificar e desconsiderar a organização social baseada no discurso político; e 3) fortalecimento da ação comunitária, já em andamento graças à mobilização contra o estigma de Vale da Morte.

Em relação ao primeiro, os recém-empossados dirigentes do município interpretavam qualquer mobilização popular como uma ameaça, naquele período em que o estigma de Vale da Morte tinha que ser mantido sob forte controle. Vanete, da Associação das Vítimas relata:

...a gente começou a ir lá [Vila Socó] para discutir com o pessoal, porque já tinha passado três meses do acidente (...) e aquele pessoal continuava morando em cima daquele bocado de mortes (...). O pessoal decidiu invadir a Via Anchieta (...) para cobrar do Passarelli, do governo de estado e da Petrobrás. (...) Eles mandaram a repressão. (...) A polícia jogou gás lacrimogêneo, bateu em muita gente, enquanto a comissão de moradores negociava com as autoridades (...). Depois da repressão, sangue pra todo lado, no dia seguinte resolveram negociar (Entrevista à autora, em janeiro de 1987).

Quanto ao segundo recurso, houve um esvaziamento sutil e arbitrário do processo de politização de carências relativas à saturação ambiental, já que esse tipo de conduta foi sendo cada vez menos eficaz como canal de acesso ao sistema institucional. Isso só foi possível graças à reestruturação da CETESB, a partir da posse de Werner Zulauf na presidência da companhia. Mais do que uma simples mudança de nomes, seu papel significou uma ampliação importante de recursos de poder, pois a instituição passava a ter livre trânsito em diversas secretarias de estado e nos meios empresariais de Cubatão. Fortalecida política e institucionalmente, a agência conseguiu rapidamente monopolizar a arena de disputas, derrubando as velhas estrelas e constituindo-se como referência solitária para a negociação¹⁶.

¹⁶ Em 1984 a agência passou do IV para o II grupo, na classificação de importância estatal. Sobre isso ver: CETESB (1983, 1984, 1985); Faria (1984).

Nessa mesma ocasião o governo do estado de São Paulo, já na gestão de André Franco Montoro, concedeu alta prioridade ao controle da poluição industrial de Cubatão, o que representou ampla alocação de recursos financeiros e técnicos para o Sistema de Controle Integrado, que resultou no Programa de Controle Ambiental de Cubatão, implantado a partir de 1983. Apesar de todos os adiamentos no controle das fontes e nos investimentos em equipamentos justificados pela recessão vivida pelo setor na ocasião, esta decisão mudava definitivamente a história do município e da questão ambiental no país.

O Programa de Controle da Poluição em Cubatão foi montado a partir de três frentes de ação: 1) controle das fontes de poluição; 2) apoio técnico às ações de controle; e, 3) educação ambiental e participação comunitária. Assim a CETESB foi sendo reorganizada para ocupar a arena da ação, substituindo em importância a supremacia da aliança entre a SBPC e a Associação das Vítimas. Com esta nova função da agência governamental, criou-se um canal de diálogo eficaz com os atingidos pela poluição e os antigos articuladores preferenciais foram sendo postos de lado, quase em desuso. Um indicador desta afirmação pode ser o descaso com que foi tratada a reivindicação da SPBC e Associação das Vítimas de participarem das equipes de fiscalização dos cronogramas de implantação do sistema de controle de poluição, sem qualquer apoio das bases sociais do movimento. Os espaços de participação passaram a sofrer forte controle aos limites de atuação da Gerência de Ação Comunitária do órgão.

Em paralelo, aproveitando da pulverização dos poderes e atribuições dos diversos órgãos governamentais em Cubatão, a direção da agência estatal conseguiu com alguma tranquilidade liderar a ação governamental por ocasião do desastre de Vila Socó, conquistando a coordenação do Grupo Executivo instituído pelo governo do estado nessa ocasião.

De resto, o terceiro recurso para esvaziar a arena política construída em torno da deterioração ambiental de Cubatão foi o fortalecimento da ação comunitária, ou da reconstrução de identidade comunitária organizada em torno da ameaça de desorganização social provocada pelo receio da invasão. Um exemplo é suficiente para compreender o significado desta ação. O tema da pobreza, tão central para a ação política, sofreu uma resignificação importante pelas lideranças emergentes da ação comunitária, principalmente daquelas ligadas à Renovação Carismática da Igreja Católica, muito fortalecida por sua atuação no desastre da Vila Socó e pela presença de Passarelli na prefeitura. O papel dos pobres como trabalhadores perdeu centralidade nas discussões: “não é o que fazem, mas o que sofrem; não é o que possuem, mas aquilo de que são privados; não é, pois a sua identificação com uma classe ou uma nação que dá força ao seu proposto, mas a sua miséria, a exclusão e a repressão que sofrem” (Touraine, 1989, p. 276).

Tais motivações estão demasiado afastadas da ação política, enquadrando-

se melhor na categoria das ações simbólicas - expressivas, pois não se transformam em demandas para o sistema político. Tais ações visam afirmar uma identidade centrada na conversão de indivíduos, apesar de fortemente carregadas de protesto social. Não há qualquer tentativa de definição precisa de adversários, metas, nem tampouco de uma arena onde se desenrole o conflito (Touraine, 1985; 1987). Segundo Primitivo Baltazar Flores Zevállos¹⁷, pároco de um bairro médio de Cubatão, que expandiu enormemente a atuação da Renovação Carismática no início da década de 1980:

...a comunidade se renovou mesmo (...), visitam pobres e se reúnem em grupos de oração. (...) Se tem necessidade de dinheiro, dá dinheiro, se tem necessidade de emprego, tenta conseguir um. (...) A nossa missão é renovar o homem por dentro, para que mais tarde ele se projete em obras (Entrevista à autora, em janeiro de 1987).

Os pobres e excluídos de Cubatão não conseguiram a oferta que buscavam como trabalhadores ou cidadãos, nos inúmeros confrontos durante o processo de politização das carências ligadas à degradação ambiental e a ação religiosa propunha-se como alternativa palpável de afirmação do direito à vida e de resolução concreta de alguns dos problemas mais graves: o poder espiritual podia ser reconhecido em oposição a uma “ordem social que os marginaliza e os exclui sob todos os aspectos de sua vida” (Touraine, 1989, p. 285).

As estratégias que constituem o formato da ação comunitária visam à integração social em torno da comunidade religiosa, em um apelo genérico à reconstituição ética da sociedade ou do grupo, forçando a expansão das fronteiras sociais que os marginalizam ou impedem o sentimento de pertencer. O medo da catástrofe e do abandono à própria sorte por parte do sistema institucional era mais forte na década de 1980 em Cubatão do que temas ligados à propriedade, à produção: o olhar do cubatense dirigiu-se mais a protestos feitos em nome dos direitos à vida e à segurança do que à distribuição de benefícios por parte do Estado Social.

Se a partir de Vila Socó a ação política foi suplantada definitivamente pela ação comunitária, em contrapartida Cubatão apontou para as fronteiras do significado da pobreza no Brasil, redimensionadas tragicamente pela exposição desses segmentos sociais ao risco do sistema produtivo, e redimensionou a noção de que este risco se resume às camadas de baixa renda: a explosão de Vila Socó demonstrou que os desastres não respeitam limites políticos, administrativos ou de classe, podendo atingir toda o sistema social.

¹⁷ Um peruano de sessenta anos na época, vindo do Paraná para Cubatão.

Breves considerações finais

A natureza das condutas organizadas para responder à crise ambiental em Cubatão e o rumo que tomaram no conflito parecem apontar para uma série de elementos fundamentais para a institucionalização do setor ambiental no Brasil, principalmente quando se analisa este processo que já ocupa vinte anos. Em primeiro lugar, hoje soa absurdo imaginar que seria possível naquela época qualquer tentativa de negar a existência ou a importância do desastre produzido pelo complexo industrial e que atingia seus trabalhadores e moradores da região.

Segundo Queirós Neto *et al.* (1983) eram lançadas na atmosfera em Cubatão no início do década de 1980 cerca de mil toneladas diárias de poluentes como benzeno e derivados, compostos oleíficos, monóxido de carbono, amoníaco e compostos nitrogenados, vapores e névoas ácidas, fluoretos, dentre outros, substâncias mutagênicas, carcinogênicas, teratogênicas, tóxicas e irritantes. Eram lançados também duas e mil e seiscentos toneladas diárias de efluentes líquidos, compostos de mercúrio, zinco, cobre, cromo, chumbo. Não havia também qualquer programa de disposição de resíduos sólidos industriais e urbanos. Do ponto de vista social, oitenta por cento dos trabalhadores do pólo recebiam na época menos de três salários mínimos e quarenta e seis por cento daqueles que residiam no município estavam ocupados em trabalhos transitórios (Queirós Neto *et al.*, 1983).

Mostapha Tolba, diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), por ocasião do Encontro em Nairobi, no Quênia, em maio de 1982 em comemoração aos dez anos da Conferência em Estocolmo, lembrou que a negação aos problemas ambientais em Cubatão demonstrava um conflito de interesses, tal qual descrito por Alain Touraine (1985) quando um grupo social usa de todos os recursos possíveis para garantir antigos privilégios. Segundo Tolba:

...as dificuldades enfrentadas pelos conservacionistas brasileiros devem-se à intransigência que imobiliza as elites no Brasil (...), o que é bastante paradoxal em virtude dos avanços nas ações voltadas à preocupação ambiental em todas as partes do mundo (...). Eles ainda são obrigados a provar que a poluição pode matar (...) uma vez que seus adversários (...) agem como se nada de anormal estivesse acontecendo em áreas críticas como Cubatão, uma cidade famosa graças a fotos de satélite que registram (...) uma incrível concentração de metais pesados e poluentes atmosféricos (...)¹⁸ (JT, 17/05/82).

¹⁸ Tolba faz referência a imagens de satélite Landsat que a NASA encaminhou ao governo brasileiro e que precipitaram a convocação da Comissão Interministerial criada. Segundo as imagens o pólo industrial provocava uma área de contaminação cuja mancha se estendia por uma faixa de aproximadamente 45 milhas da costa, através da Baixada Santista.

De qualquer forma, as ações iniciais em torno do desastre ambiental de Cubatão não tinham antecedentes importantes que funcionassem como modelo nem orientação de condutas no Brasil, seja no âmbito das elites, seja na constituição de atores bem delimitados que pudessem se antepor rapidamente e de maneira eficaz àquela situação de ação. Atores, arenas, metas e orientações culturais foram sendo forjados à medida do desenrolar dos acontecimentos.

Em um primeiro momento, entre 1978 e 1981, houve uma rápida articulação de lideranças políticas baseadas em dois tipos de conduta já conhecidos anteriormente. A aliança entre elas forjou a ação política que dominou a cena em Cubatão e em torno dele nesse período.

O primeiro tipo de conduta sofria forte influência socialista. Sua interpretação do conflito em Cubatão era bipolar e as posições antagônicas na estrutura social reproduziam-se nos resultados de degradação ambiental e pobreza locais; no nível fenomênico, a oposição entre categorias exploradas e a indústria, esta última compreendida como a materialidade do poder econômico, explicava o drama de Cubatão. Os principais protagonistas eram militantes do PT recém criado, da Pastoral Operária da Igreja Católica e representantes das Igrejas Episcopal e Metodista, que compõem a aliança em torno da Associação das Vítimas, dando-lhe importante suporte institucional.

O segundo tipo de conduta, a ambientalista, penetrou o município graças a dois protagonistas: a SBPC e organizações não-governamentais (ONGs) de São Paulo e Santos, no primeiro caso a Óikos, do depois deputado Fábio Feldmann e, no segundo, o Movimento de Defesa da Vida e o Centro de Estudos Ecológicos de Santos, que contavam com militantes comuns ao PT da Baixada. Apesar de não funcionarem como um bloco homogêneo, conseguiram imprimir alguns elementos ecológicos às interpretações da crise ambiental de Cubatão, com forte influência sobre a Associação das Vítimas, que incorporou parte substancial do discurso ambientalista. Graças à sua influência, o eixo dos debates centrou-se na oposição *Vida e Morte* e o conflito passou a ser encarado como multipolarizado, já que sustentado em uma perspectiva supraclassista e diacrônica. Com múltiplos responsáveis e uma ampla gama de atingidos, o drama de Cubatão passava a ser traduzido como um problema de direito à vida e ao futuro, em uma ampliação importante da idéia de sobrevivência, agora um valor em si mesmo e não mais dentro do horizonte dos grupos de orientação socialista¹⁹.

Já a SBPC, apesar das divergências internas entre socialistas e ambientalistas,

¹⁹ É evidente que essa tipologia tem um caráter analítico de tipo ideal. No nível empírico é necessário lembrar a convivência com grandes divergências cotidianas. Um exemplo é que nessa mesma ocasião o Movimento Cubatense de Desempregados, liderado pela Associação das Vítimas, reivindicava a expansão industrial e a reabertura da aciaria da Cosipa, que apesar de altamente poluente absorvia mão de obra sem qualificação.

tinha como orientação para a ação o questionamento às políticas de desenvolvimento nacional, apesar de concordar com os ambientalistas quanto à centralidade da justiça social e da qualidade ambiental, vinculando-se sobretudo ao discurso da modernização e de instrumentos técnicos do planejamento para o controle ambiental. Acreditava-se naquela ocasião na possibilidade de harmonização social de interesses.

Apesar das diferenças de abordagem a aliança entre a SBPC e as ONGs, principalmente santistas, conseguiu conquistar amplas frentes de atuação, sendo a responsável imediata pela regionalização e posterior internacionalização do debate.

Em um segundo momento, expressado melhor a partir de 1983, houve o fortalecimento da ação sub-política (Beck, 1992)²⁰, fortemente calcada em duas condutas que vinham sendo produzidas desde aproximadamente 1981, a conduta tecnocrática e a comunitária que, aliadas, caracterizariam forte oposição às condutas anteriores. Esse jogo foi jogado em múltiplas arenas (Tsebelis, 1998), desde as tradicionalmente político-institucionais, até aquelas sub-institucionais, definidas por relações de sociabilidade intersubjetiva.

A conduta tecnocrática, o terceiro tipo de conduta, foi amplamente difundida em Cubatão, encontrando eco em diversos segmentos sociais como a elite empresarial progressista, a tecnoburocracia, representantes da academia, chegando a ensaiar a substituição da ação política pela “face moderna do técnico” (Ribeiro, 1985, p. 10). O depoimento de Werner Zulauf traduz essa afirmação: “Quem manda hoje em Cubatão é a razão, a técnica e a qualidade de vida. E a CETESB é instrumento disso tudo” (Entrevista à autora, em setembro de 1987).

Finalmente, o quarto tipo de conduta, a comunitária, caracterizava-se por manipular o sentimento coletivo de pertencer a uma determinada unidade geográfica para agregar indivíduos que passam a reconhecer-se como uma comunidade de iguais: no caso de Cubatão eram os que ficaram em oposição a um forte sentimento de invasão, por aqueles que disputam os mais atraentes postos de trabalho, ou por aqueles que chegaram para tornar público um sentimento privado de desqualificação por habitar o Vale da Morte. Sua principal estratégia resume-se a fortalecer uma identidade regional baseada em valores de vizinhança, solidariedade e defesa de bens materiais e culturais, públicos e privados daqueles que pertencem à comunidade de iguais. Seus principais protagonistas são dirigentes industriais, o poder local e a Renovação Carismática da igreja Católica.

Ao que tudo indica, até o final de 1985 a conduta comunitária foi predominante no nível local, chegando a definir o resultado das eleições municipais

²⁰ Esse tipo de comportamento é denominado por Tsebelis (1998) de sub-ótimo, no qual atores individuais e institucionais escolhem meios nem sempre ótimos para atingir seus objetivos.

a favor de Oswaldo Passarelli, anteriormente prefeito nomeado pelo regime militar. Já as lideranças da ação política, traduzindo a ação comunitária como manipulação ideológica, agiram no sentido de combatê-la, sem reconhecer seu espaço de atuação como legítimo.

Através desta escolha, deixaram a arena sub-política aberta para os avanços da elite local, da CETESB e dos dirigentes industriais que contavam com o instrumento da propaganda contra o estigma da imagem da cidade, unificando as reivindicações pelo controle ambiental e da negatividade dos atributos de Cubatão.

Evidentemente que a inflexão da ação política pode ser resultante da própria natureza da mobilização política em situações de ação caracterizadas pela impermeabilidade do Estado frente a toda ordem de demandas sociais, mas não há como negar que nessas situações em que prevalece a imobilidade e o abandono, a ação comunitária não pode ser desconsiderada, pois tem grandes chances de ser vitoriosa. Talvez seja exagerado representar tais condutas como potencialidades que “reinventam a sociedade e a vida política”, mas inversamente não se pode afirmar que toda forma de ação coletiva constitui-se como demandas à procura de uma oferta política que sempre acabará sendo encontrada. Mesmo se a posição no conflito é fracamente ocupada por tais condutas, seria conveniente reconhecer sua importância na formação de atores sociais.

Vinte anos depois da implantação do Programa de Controle de Poluição Ambiental de Cubatão é inegável seu sucesso técnico, mas acima de tudo político. No final de outubro de 2003 a agência promoveu um encontro na Câmara Municipal para apresentar os resultados de seu monitoramento no pólo industrial nesse período.

Segundo o balanço elaborado pela CETESB, das trezentos e vinte fontes identificadas em 1983, 98,4% são consideradas sob controle. Segundo Jorge Moya Diez, então gerente regional da Baixada Santista, vinte fontes foram desativadas e duzentas e noventa e cinco estão controladas, mas três unidades industriais, a refinaria Presidente Bernardes da Petrobrás e duas da Ultrafértil ainda apresentam fontes de contaminação atmosférica e duas unidades, a Copebrás e a Ultrafértil geram resíduos com potencial de contaminação do solo. Segundo Marcos Sipriano, gerente da CETESB de Cubatão, nesses casos os métodos de controle adotados foram considerados insatisfatórios e estão sendo corrigidos por Termos de Ajuste de Condutas (TACs). Além disso, o padrão de qualidade do ar na região de Vila Parisi ainda supera o aceitável pela lei estadual (cinquenta microgramas por metro cúbico, para partículas inaláveis)²¹.

Para Liliane Garcia Ferreira, promotora de meio ambiente de Cubatão, há

²¹ Ver matérias em: Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Cidade de Santos, de 25/10/03. Para maiores detalhes: CETESB (2003).

uma recuperação ambiental significativa, mas alerta para o risco de considerar o trabalho vitorioso e concluído: “Qualquer passo equivocado pode levar ao retorno daquela situação de vinte anos atrás” (Folha de São Paulo, 25/10/03).

Se em Cubatão ainda há problemas importantes de poluição, do ponto de vista político é importante admitir a vitória da ação sub-política para atacar o estigma de Vale da Morte. O que poderia parecer um jogo sub-ótimo (Tsebelis, 1998) na arena política criada em torno de Cubatão, graças às situações de ação vividas ali, ao contexto político e institucional do Brasil da década de 1980, demonstrou que os meios empregados pelas elites do pólo industrial foram os mais adequados para atingir seu objetivo. Por outro lado, inauguraram um novo período da institucionalização do setor ambiental no país.

Referências

- ALVES, M.H.M. (1984). *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. (1980). Comissão Especial de Inquérito sobre a Poluição em Cubatão. *Relatório Final*. São Paulo.
- BECK, U. (1992). *Risk Society. Towards a New Modernity*. Sage Publications. London: Thousand Oaks.
- CALLON, M. (1986). “The Sociology of an actor-network: The case of the electric vehicle”. In: CALLON, M., LAW, J.A. (eds.). *Mapping the Dynamics of science and Technology. Sociology of science in the real world*. London: Routledge.
- CETESB. *Relatório anual de atividades*. Anos 1983, 1984 e 1985.
- _____. (2003). *Programa de Controle da Poluição Ambiental em Cubatão: balanço de 20 anos de ação*. São Paulo.
- CIESP EXPEDIENTE (s.d.). *Boletim Oficial da Delegacia Regional de Cubatão* (Cubatão).
- DREIFUSS, R.A. (1986). *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes.
- DRAIBE, S. (1985). *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FARIA, M.M. (1984). “Necessidades sentidas pelo cubatense. Controle de poluição e a CETESB”. *Relatório de Atividades – USP/CETESB*. USP, Depto. de Medicina Preventiva. São Paulo (mimeo).
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1983. *Programa o direito de saber*. Banco de Dados sobre produtos Químicos, Vol. 1.
- FERREIRA, L.C. 1993. *Os fantasmas do vale*. Campinas: Editora da Unicamp.
- FIESP/CIESP em Notícias (São Paulo).
- FUKS, M. (1997). *Arenas de ação e debater públicos: os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985 – 1992)*. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

- GOFFMAN, E. (1982). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GOLDENSTEIN, L. (1972). *A industrialização na Baixada Santista*. São Paulo: Igeusp.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2003). <http://www.saopaulo.sp.gov.br/invista/numeros/index.htm>. (consulta em 15/11/03).
- GUIVANT, J. (1998). “Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina”. *Revista Ambiente e Sociedade*. 1(2).
- HABERMAS, J. (1981). “New social movements”. *Telos*. 49:33-37.
- HABERMAS, J. (1987). “A nova intransparência”. *Novos Estudos*. CEBRAP. No. 18.
- HANNINGAN, J. (1997). *Environmental Sociology: a social constructionist perspective*. 2 ed. London and New York: Routledge.
- LEFF, N. (1975). *Política econômica e desenvolvimento no Brasil: 1947-64*. Perspectiva. São Paulo.
- MONTELEONE, R. (1984). “Os problemas de Cubatão”. *Medicina e Cultura*. 1(1).
- OFFE, C. 1985. “New social movements: challenging the boundaries of institutional politics”. *Social Research*. 52(4):817-68.
- OSTROM, E. (1990). *Governing the commons. The evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. GARDNER, R.; WALKER, J. (1994). *Rules, games and common-pool resources*. Michigan Press. Michigan.
- QUEIRÓS NETO, et al. (1983). “A situação em Cubatão: documento síntese do GT sobre Cubatão da SBPC”. *Ciência e Cultura*. 8(35).
- STEPAN, A. (1975). *Os militares na política*. Editora Artenova. Rio de Janeiro.
- TOURAINÉ, A. (1985). “An introduction to the study of social movements”. *Social Research Review*. 52(4):749-87.
- _____. (1989). *Palavra e sangue*. Campinas: Ed. Unicamp.
- _____. (1997). *Crítica da modernidade*. Ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- TSEBELIS, G. (1998). *Jogos ocultos*. São Paulo: EDUSP.
- United Nations Environment. (1981). *Defense of the earth: the basic texts on environment - Stockholm, Cocomo, Founex*. Nairobi: PNUMA.
- WEFFORT, F. (1972). “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco”. *Cadernos do CEBRAP*. No. 5.

RESUMO

Os Fantasmas do Vale: conflitos em torno do desastre ambiental de Cubatão, SP

O complexo industrial sidero-petroquímico de Cubatão, no litoral do estado de São Paulo, foi um *turning point* nas condutas coletivas e comportamento político frente à questão ambiental no Brasil, por dois motivos: 1) apontar a dimensão e a gravidade dos riscos ambientais de processos produtivos em países desenvolvimentistas até os anos de 1980; 2) desnudar um acordo social perverso, entre ricos e pobres, governantes e governados pela inexistência de políticas de controle ambiental. Este artigo é uma revisão atualizada de pesquisa financiada pela FAPESP durante o final da década de 1980 e tem por

objetivo rever depois de vinte anos os conflitos em torno da degradação ambiental e social de Cubatão, que desencadearam mudanças sociais importantes no setor ambiental brasileiro. Utilizando-se de uma abordagem híbrida que cruza situação e história foram pesquisadas duas situações de ação selecionadas como padrão dos confrontos: a divulgação da contaminação ambiental e da pobreza urbana em Vila Parisi e a explosão de Vila Socó. Em cada uma delas foi se delineando um modo de ação importante para as mudanças sociais produzidas ali; em cada uma delas produziu-se um tipo de arena de confrontos. Compreendê-las significa desvendar um momento extremamente importante da história recente do Brasil.

Palavras chave: sociologia do meio ambiente; conflitos sociais; desastre ambiental; situações de risco

ABSTRACT

The Ghosts of Vale: conflicts regarding the environmental disaster at Cubatão, São Paulo

The petrochemical industrial complex at Cubatão, on the cost of the state of São Paulo, Brazil, was a turning point in collective approach and the political behavior regarding the environmental question in Brazil for two reasons: 1) to point out the dimension and gravity of the environmental risks of the productive processes in developing countries in that period of history; 2) to expose a perverse social agreement that aggregated rich and poor, right and left, the government and those governed, relating to the negligence of politics of environmental control during the implementation of the industrialization of the country. This article is a up-to-date revision of research financed by FAPESP in the late eighties and have a objective to review, after twenty years, the conflicts in relation to environmental and social degradation in Cubatão, that produced a series of important social changes have been unfettered in the environmental sector in Brazil. Across to analysis of two action situations of the confronting standards of action in the case of Cubatão: the disclosure of the environmental contamination and urban poverty in Vila Parisi and the explosion at Vila Socó. In each of these an important mode of action was delineated for the social changes produced there; each of these produced a type of arena of confrontation (Hanningan, 1997). Understanding them represents the unmasking of a moment of extreme importance in the recent history of Brazil.

Keywords: environmental sociology; social conflicts; environmental disaster; risks situations

Recebido para apreciação: maio de 2006

Aprovado para publicação: julho de 2006